Lar Escola Pequeno Leão

Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Lar Escola Pequeno Leão

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:
Administradores e associados da
Lar Escola Pequeno Leão
São Bernardo do Campo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Lar Escola Pequeno Leão ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do déficit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lar Escola Pequeno Leão ("Entidade"), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e também pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião com ressalva

Ausência de controle dos bens do ativo imobilizado

Para a conta de Imobilizado líquido, demonstrados na Nota Explicativa nº 4, mensurados no montante de R$ 458.589, a Administração da Entidade não nos apresentou uma composição detalhada dos ativos imobilizados, de forma que pudéssemos nos satisfazer de procedimentos de inspeção física, avaliação do custo de aquisição, de estimativa de vida útil e análise de recuperabilidade dos ativos. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto aos ajustes das contas afetadas. Em decorrência desses assuntos, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação ao Imobilizado líquido registrados ou não registrados, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2020, cujos saldos são apresentados para fins comparativos, foram auditados por outro auditor, o qual emitiu o relatório datado em 27 de abril de 2021, com as seguintes ressalvas: (i) Ausência de controle dos saldos – Depreciações; (ii) Estudo de recuperabilidade dos ativos – Impairment; (iii) Ausência de resposta de circularização (Bancos). O assunto relativo à ressalva (iii) foi regularizado para o exercício de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

ANDRE JOSE VALERIO:30084891840
Assinado de forma digital por ANDRE JOSE VALERIO:30084891840
Dados: 2022.06.28 16:24:18 -03'00'

André José Valério
Contador CRC 1SP-244.101/O-5

DANILO CIOFFI DA SILVA:38177818813
Assinado de forma digital por DANILO CIOFFI DA SILVA:38177818813
Dados: 2022.06.28 16:24:36 -03'00'

Danilo Cioffi da Silva
Contador CRC 1SP-311.457/O-5

WFA Auditores Independentes S/S
CRC 2SP-043.111/O-9

Lar Escola Pequeno Leão

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em Reais)

ATIVO

	Notas	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	137.073	93.225
Adiantamentos a empregados		983	4.805
Impostos a recuperar		1.314	1.314
Despesas antecipadas		2.359	-
Total do ativo circulante		**141.729**	**99.344**
Ativo não circulante			
Imobilizado líquido	4	458.589	448.837
Total do ativo não circulante		**458.589**	**448.837**
Total do ativo		**600.318**	**548.181**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lar Escola Pequeno Leão

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	Notas	2021	2020
Passivo circulante			
Fornecedores		10.483	5.155
Obrigações trabalhistas	5	172.368	22.204
Obrigações tributárias	6	4.561	4.636
Total do passivo circulante		**187.412**	**31.995**
Passivo não circulante			
Patrimônio social			
Patrimônio social	8	517.897	653.810
Déficit do exercício		(104.991)	(137.624)
		412.906	**516.186**
Total do passivo e patrimônio social		**600.318**	**548.181**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lar Escola Pequeno Leão

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em Reais)

	Notas	2021	2020
Receitas operacionais			
Receitas diversas	9.1	392.601	299.148
Receita de recursos públicos	9.2	1.954.710	1.919.638
Total da receita operacional		**2.347.311**	**2.218.786**
Despesas operacionais			
Administração geral		(235.580)	(219.142)
Despesa de conservação e manutenção		(88.121)	(71.494)
Despesa com pessoal	10	(1.710.788)	(1.642.309)
Encargos sociais		(132.925)	(141.418)
Despesas tributárias		(12.338)	(9.776)
Manutenção veiculos		(21.499)	(32.058)
Custo cozinha		(223.054)	(235.172)
Depreciação e amortização		(21.982)	-
Total das despesas operacionais		**(2.446.287)**	**(2.351.369)**
Déficit operacional		**(98.976)**	**(132.583)**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(7.291)	(6.324)
Receitas financeiras		1.276	1.283
Total do Resultado financeiro		**(6.015)**	**(5.041)**
Déficit líquido do exercício		**(104.991)**	**(137.624)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lar Escola Pequeno Leão

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit / Déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**478.117**	**175.693**	**653.810**
Transferência para superávits acumulados		175.693	(175.693)	-
Déficit do Exercício		-	(137.624)	(137.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**653.810**	**(137.624)**	**516.186**
Ajustes de exercícios anteriores		-	1.711	1.711
Déficit do Exercício		-	(104.991)	(104.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**653.810**	**(240.904)**	**412.906**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lar Escola Pequeno Leão

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) do exercício	**(104.991)**	**(137.624)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores	1.711	-
Depreciações e amortizações	21.983	-
	(81.297)	**(137.624)**
Decréscimo/ (acréscimo) em ativos operacionais		
Impostos a recuperar	-	(1.314)
Adiantamentos a empregados	3.822	3.700
Despesas antecipadas	(2.359)	-
Acréscimo/ (decréscimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	5.328	2.269
Obrigações trabalhistas	150.164	1.029
Obrigações tributárias	(75)	1.101
Caixa provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais	**75.583**	**(130.839)**
Das atividades de investimento		
Aquisições/ baixas de ativo Imobilizado	(31.735)	(29.311)
Caixa líquido (aplicados nas) atividades de investimentos	**(31.735)**	**(29.311)**
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**-**	**-**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**43.848**	**(160.150)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	93.225	253.375
No final do exercício	137.073	93.225
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**43.848**	**(160.150)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lar Escola Pequeno Leão

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Valores expressos em reais)

1.Contexto operacional

O Lar Escola Pequeno Leão é uma entidade civil organizada para fins não econômicos, de caráter filantrópico e assistencial que tem por atividade preponderante manter, assistir e acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade de ambos os sexos, encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude e pelo Conselho Tutelar de São Bernardo do Campo, visando a sua integração social, por meio de atividades esportivas, culturais, educacionais e tecnológicas, e sua reintegração familiar, seja na família de origem, extensa ou substituta.

Sua matriz está localizada na cidade de São Bernardo do Campo à Rua Francisco Vissentainer, n.° 610, Bairro Assunção, CEP 18056-100, no Estado de São Paulo.

A Instituição possui reconhecimento de utilidade pública nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal sob n.° 28996.020911/94-42

2. Base de apresentação e principais práticas contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC n° 1.409/2012, ITG 2002 (R1), aprovada em 21 de agosto de 2015 e também pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros

A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

b. Aprovação

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2022.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos na determinação do registro de estimativas contábeis. Os ativos e os passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para redução ao valor recuperável dos imóveis, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. Estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados para quitar as obrigações de curto prazo.

2.3. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas fixadas pela legislação vigente e leva em consideração vida útil e utilização dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

2.4. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ou perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.5. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.6. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Entidade possui isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme disposição expressa na legislação vigente.

2.7. Passivo circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.8. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.9. Patrimônio social

Compreende o patrimônio social inicial acrescido/diminuído dos valores dos superávits/déficits ocorridos. O Lar Escola Pequeno Leão é uma Entidade sem fins lucrativos e não distribui lucros, sendo que, na eventual apuração de superávits, o resultado é totalmente revertido para as suas atividades institucionais.

2.10. Apuração do superávit (receitas e despesas)

As receitas e as despesas são registradas no resultado em conformidade com o regime de competência.

Uma receita não é reconhecida quando há incerteza significativa na sua realização. As receitas abrangem basicamente as doações e recursos públicos.

2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- **Atividades operacionais:** referem-se às principais transações operacionais da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento.
- **Atividades de investimento:** referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos.
- **Atividades de financiamento:** referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	1.702	1.873
Bancos	49.582	45.896
Aplicações financeiras	85.789	45.456
Total	**137.073**	**93.225**

As aplicações financeiras incluem certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e compromissados de instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por esses investimentos é registrada como receitas financeiras.

4. Imobilizado líquido

4.1. Composição

Descrição	2021	2020
Aparelhos de telecomunicação	1.036	1.036
Instalações	140.388	140.388
Máquinas e equipamentos	183.900	183.900
Móveis e utensílios	147.231	115.496
Veículos	123.743	123.743
(-) Depreciação acumulada	(137.709)	(115.726)
Total	**458.589**	**448.837**

4.2. Movimentação

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Aparelhos de telecomunicação	1.036	-	-	1.036
Instalações	140.388	-	-	140.388
Máquinas e equipamentos	183.900	-	-	183.900
Móveis e utensílios	115.496	35.476	(3.741)	147.231
Veículos	123.743	-	-	123.743
(-) Depreciação acumulada	(115.726)	(21.983)	-	(137.709)
Total	**448.837**	**13.493**	**(3.741)**	**458.589**

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Aparelhos de telecomunicação	-	1.036	-	1.036
Instalações	140.388	-	-	140.388
Máquinas e equipamentos	167.033	16.867	-	183.900
Móveis e utensílios	104.087	12.940	(1.531)	115.496
Veículos	123.743	-	-	123.743
(-) Depreciação acumulada	(115.726)	-	-	(115.726)
Total	**419.525**	**30.843**	**(1.531)**	**448.837**

5. Obrigações trabalhistas

Descrição	2021	2020
Férias a pagar	4.490	-
FGTS a recolher	12.390	12.657
INSS a recolher	18.045	9.547
Encargos sobre provisão de férias	10.416	-
Provisão de férias	127.027	-
Total	**172.368**	**22.204**

6. Obrigações tributárias

Descrição	2021	2020
IRRF sobre aluguéis	79	208
IRRF sobre salários	3.939	3.770
IRRF sobre serviços de terceiros	-	15
ISS de serviços tomados	9	21
PCC de serviços tomados	-	48
Contribuição sindical	118	118
Contribuição assistencial	96	96
Contribuição associativa	320	360
Total	**4.561**	**4.636**

7. Provisões para contingências

A Entidade possui processo com probabilidade de perda possível no montante de R$ 43.832 reais (R$ zero em 31 de dezembro de 2020) de processo trabalhista, conforme entendimento dos assessores jurídicos. Para este processo de natureza trabalhista a Administração entende como desnecessária a constituição de provisão.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisões pelas Autoridades Fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos impostos e às contribuições federais (imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS) e municipais (ISS). Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de contribuições previdenciárias (INSS e FGTS). Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas, ficando os valores eventualmente identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

8. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial reduzido/acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da Entidade.

9. Receita operacional

9.1 Receita de recursos públicos

SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS Resolução CFC No. 1.305/10 (NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, o Lar escola Pequeno Leão presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social do LAR ESCOLA PEQUENO LEÃO e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07-Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

O LAR ESCOLA PEQUENO LEÃO recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

Concedente	2021	2020
Federal, Estadual e Municipal.	1.954.710	1.919.638
Total	**1.954.710**	**1.919.638**

9.2 Receitas diversas

Segue abaixo o montante de cada categoria significativa de receita reconhecida durante os exercícios:

Descrição	2021	2020
Bazar	122.507	77.996
Contribuições associados	47.182	34.301
Locações	11.496	15.722
Doações	48.832	65.875
Crédito nota fiscal paulista	142.639	105.254
Eventos	19.945	-
Total	**392.601**	**299.148**

10. Despesa com pessoal

Descrição	2021	2020
Salários e Ordenados	(1.087.153)	(1.131.371)
Aviso Prévio	956	(18.226)
Décimo Terceiro Salário	(104.530)	(116.613)
Acordo trabalhista	(12.000)	-
Férias	(290.422)	(136.323)
Indenizações Trabalhistas	(4.179)	240
Prestação de Serviços Avulsos (Diárias)	(2.472)	(9.292)
Horas Extras	(38.597)	(57.775)
Exame Médico	(945)	(2.402)
Vale Transporte	(22.735)	(11.492)
Uniformes	(582)	(19.907)
Assistência Médica	(2.612)	(1.843)
Farmácia/Medicamentos	(10.473)	(10.259)
Cesta Básica	(61.262)	(65.544)
Biênio	(12.169)	(12.819)
Prêmio por tempo de serviço	(41.135)	(32.643)
Auxílio Creche	(6.137)	(7.035)
Auxílio-Doença	(2.708)	(983)
Seguro de Vida Funcionários	(11.633)	(8.022)
Total	**(1.710.788)**	**(1.642.309)**

11. Tributos e contribuições

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Programas de Integração Social (PIS); e
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, não há isenção do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doações (ITCMD), exceto sobre doação menor ou igual a 1.000 UFESPs.

12.Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber, e fornecedores, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 3): os saldos em contas correntes mantidos em bancos possuem valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e fornecedores a pagar: apresentadas ao valor contábil e de realização.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos
da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário.

13.Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021.

Walter Nogueira Magalhães
Presidente

Leandro Stampone Alves
Contador
CRC 1SP237.038/O-0